

**“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: OS SENTIDOS DO FASCISMO BRASILEIRO, DO
INTEGRALISMO AO POPULISMO DO SÉCULO XXI**

**“GOD, HOMELAND AND FAMILY”: THE MEANINGS OF BRAZILIAN FASCISM,
FROM INTEGRALISM TO POPULISM IN THE 21ST CENTURY**

João Paulo Martins de ALMEIDA¹

RESUMO: Neste trabalho, busca-se a elucidação dos sentidos produzidos pelo discurso do fascismo e do neofascismo brasileiros, correlacionando-as temporalmente do integralismo ao populismo de direita do século XXI. Valemo-nos da Análise do Discurso como a ciência que se preocupa com o estudo da ideologia, da História, do sujeito e dos efeitos de sentido tecidos no discurso. Intenta-se demonstrar como o fascismo irrompe no Brasil no decorrer do século XX, utilizando-se de elementos do discurso religioso para pôr em funcionamento o discurso fascista e produzir seus sentidos. Ademais, busca-se identificar os valores do neofascismo emergente no país e suas estratégias discursivas (de ordem linguística e extralinguística), presentes no *slogan* da campanha presidencial de 2018, circulante tanto na mídia tradicional (*outdoors*, propaganda político-partidária na TV) quanto nas mídias sociais. Percebe-se que o discurso do fascismo brasileiro se atualiza no hodierno de modo parafrástico e polissêmico, recuperando sentidos já-produzidos e já-ditos em 1932, quando da fundação da Ação Integralista Brasileira, e em 1964, quando da ocorrência da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ao mesmo tempo em que gera, também, novas significações no contexto brasileiro do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo, Neofascismo, Integralismo, Análise do Discurso.

ABSTRACT: In the present work, we seek to elucidate the senses produced by the Brazilian fascist and neofascist discourse, correlating them in the timeline that traces back to Integralism, a fascist movement from the 20th century, to the right-wing populism of the 21st century. We point out the Discourse Analysis as the science concerned with the study of ideology, history, the subject, and the sense effects engendered by the discourse. We intend to demonstrate how fascism takes place in Brazil during the twentieth century, by using elements of the religious discourse in order to operate the fascist discourse and its senses. Furthermore, the study seeks to identify the values of the emerging neofascism in Brazil as well as its discursive strategies (both linguistic and extralinguistic), observed in the 2018 presidential slogan campaign, which circulated in the traditional media (in billboards and TV advertisements) and on social media. It is noticeable that the Brazilian fascist discourse is updated for modern times in a paraphrastic and in a polysemic way, thus recovering senses already produced and stated in 1932, when the Brazilian Integralist Action was formed, and in 1964, when the “March of the Family with God for Freedom” took place, while also creating new meanings in the context of 21st century Brazil.

KEYWORDS: Fascism, Neofascism, Integralism, Discourse Analysis.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, linha de Discurso: Sujeito, História e Ideologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Introdução

O fascismo², como define Umberto Eco (2019), caracteriza-se por ser adverso ao diferente, por seu autoritarismo e por seu totalitarismo, avesso a críticas e à liberdade de pensamento e de expressão. Ele não se restringe à experiência totalitária europeia do período do Entre Guerras; ao contrário, o conceito de fascismo se expande e pode ser definido de muitas formas, mormente aquelas que se identificam com o nacionalismo exacerbado, o culto à personalidade e à exaltação de um líder. Não raro, apega-se fortemente a preconceitos e a dogmas religiosos. No século XXI, com a emergência de vários governos de extrema direita que se identificam com o discurso fascista de outrora, é possível perceber os efeitos deletérios do que se pode chamar de neofascismo a corroer as instituições democráticas, estabelecidas ao longo de anos após a destruição deixada pela Segunda Guerra Mundial.

Procura-se, neste artigo, refletir sobre o fascismo se atualizando no contexto brasileiro, tendo como fio condutor do discurso fascista o movimento da Ação Integralista Brasileira, ou integralismo. Os sentidos produzidos pelos integralistas são recuperados em momentos-chave da história do Brasil, especialmente na utilização parafrástica do lema “Deus, pátria e família” em 1964 e em 2018, situações em que a religiosidade é mobilizada para combater um suposto comunismo numa sociedade que sempre-já se conformou sob a égide do capitalismo, ora inclinada à Formação Discursiva do Capital, privilegiando o liberalismo ou neoliberalismo, ora voltada à Formação Discursiva do Trabalho, privilegiando um trabalhismo que ainda não teve suficiente força para transformar radicalmente essa sociedade. Percebe-se, assim, que qualquer fortalecimento do discurso do trabalho na conjuntura brasileira leva à radicalização do discurso do capital, que leva os representantes do capital a apoiar projetos autoritários e de cunho fascista, que pregam o discurso de ódio e do individualismo para fazer com que haja o silenciamento dos sentidos produzidos pelo discurso que busca a solidariedade e a equidade material das massas.

Levando-se em consideração as condições de produção de um discurso, percebendo-o em seu contexto, é necessário, pois, compreender o que é dito (ou não dito), quem o diz, por que se diz, para quem diz, como se diz, com qual objetivo se realiza esse dizer e de que perspectiva social, cultural e histórica enuncia-se tal discurso. Para além dessas indagações

² O termo “fascismo” é facilmente adaptável porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará a ser reconhecido como tal. Entre as possíveis características do Ur-Fascismo, o “fascismo eterno”, estão o medo do diferente, a oposição à análise crítica, o machismo, a repressão e controle da sexualidade, a exaltação de um “líder” e um constante estado de ameaça. Tais características não podem ser reunidas em um único sistema; muitas se contradizem entre si e são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo. Mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista (ECO, 2019, p. 42-43). 79Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas, Serra Talhada, n. 7, vol. 2: 163-178, Jul/Dez. 2020

elementares em AD, questiona-se: quais marcas linguísticas (e extralinguísticas), identificáveis no discurso do fascismo brasileiro, guardam nexos com o discurso religioso? O discurso religioso é mobilizado como paráfrase ou como polissemia no discurso fascista? Qual o grau de abrangência dos valores do discurso fascista do século passado na aparente atualização deste discurso no início do século XXI?

Para atingir os objetivos a que este artigo se propõe, decupam-se os componentes linguísticos do discurso integralista, das marchas de 1964 e do slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, do candidato vencedor à presidência do Brasil em 2018, percebendo-se os efeitos de sentidos acarretados por estas materialidades discursivas e desnudando, assim, o discurso do fascismo brasileiro, sua correlação com o discurso religioso e os sentidos por eles produzidos quando sintetizados e apresentados na seara política brasileira.

O percurso do discurso: estabelecimento da Análise do Discurso na linguística e seus conceitos fundamentais

O estudo da linguagem é um campo amplo para os mais diversos tipos de investigação. De maneira geral, a linguística se debruça sobre a linguagem humana em seus diferentes aspectos (fonológico, morfológico, sintático), tomando como seu objeto de estudo o sistema linguístico como uma estrutura abstrata e autônoma. A Análise do Discurso – também referenciada como AD – é uma disciplina de entremeio, entrecruzando as fronteiras da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Apesar da língua servir-lhe de base, sua autonomia não é mais absoluta, mas, sim, relativa, pois importa à AD o exterior da história e a análise do sujeito enunciador, inserido nas práticas historicamente constituídas. A língua, assim, não é considerada em sua abstração total; antes, ela é percebida em uso dentro de uma significação contextualizada, permeada pela historicidade e pelos processos psicanalíticos que incidem sobre o sujeito enunciatário, que não controla completamente o seu dizer, atingido e constituído por dizeres outros. Considerando-se estes fatores, o objeto teórico desta ciência não é a língua propriamente dita, mas o discurso.

Conforme Eni Orlandi (2020, p. 15),

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando.

Para a AD, portanto, a língua não é algo estático, imutável; ela produz sentido e, logo, há um trabalho simbólico da linguagem, mediando o homem e sua realidade material. O homem só é capaz de reconhecer o mundo simbolicamente, por meio da linguagem e dos discursos que nela se constroem. Concebida em sua dimensão histórica, as condições de produção da linguagem – e dos discursos – são, portanto, levadas em consideração. Diz-se, assim, que esta é uma concepção materialista da língua. Os sujeitos enunciatários produzem sentidos atravessados por ideologias estabelecidas anteriormente, como reflexo da herança histórica que os condiciona. Os estudos em AD, assim, distinguem-se da concepção do estruturalismo linguístico, predominante até a década de 1960.

Inúmeros estudiosos integraram o projeto da Análise do Discurso francesa. François Gadet (2014) e Jean-Jacques Courtine (2006), para restarmos nestes exemplos, trabalharam junto a Michel Pêcheux, considerado um dos autores seminais desta ciência, contribuindo com o desenvolvimento dos estudos sobre o discurso. O projeto pêcheutiano de AD constrói-se, como já anunciado, na articulação de três regiões de conhecimento científico: o materialismo histórico, que compreende as formações sociais, suas transformações e a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, que diz como os processos semânticos da língua recebem determinação histórica, sendo atravessadas pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, mormente a lacaniana. Para a AD pêcheutiana, o discurso é resultado destas articulações na língua utilizada por um sujeito; por sua vez, este sujeito não tem consciência de seu “assujeitamento”, pois que ele, além de não controlar, conscientemente, os códigos que utiliza, ignora como a ideologia o assujeita. Pêcheux compreende o sujeito à luz de Louis Althusser, entendendo que um indivíduo apenas *torna-se* sujeito quando interpelado pela ideologia, cuja função social se apresenta ante os sujeitos para organizá-los socialmente, fornecendo “as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). Compreende-se a ideologia, por esse viés, como “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2007, p. 127), ou seja, como mediadora da representação do concreto, do real, na instância do pensamento, do imaginário.

Como observado por Amaral (2007, p. 19), “a Análise do Discurso concentra objetos ao mesmo tempo *linguísticos e históricos*”. Destarte, o materialismo histórico é essencial para compreender as formações sociais presentes na análise do objeto discursivo. “Desse lugar teórico”, continua a autora (AMARAL, 2007, p. 20), “entende-se por *discurso* um todo

complexo e, como tal, não se restringe ao texto que o representa empiricamente. Compreende-se o discurso como um todo concreto que resulta de processos próprios das relações sócio-históricas”. O método da Análise do Discurso consiste, pois, na apropriação do concreto (o discurso como objeto) pelo pensamento, reproduzido, assim, como *concreto pensado* (MARX, 1983), o que resulta posteriormente numa análise, numa investigação.

Portanto, a partir de uma concretude (o texto, a materialidade discursiva), o/a analista do discurso inicia sua investigação, cujas determinações são apreendidas no nível do pensamento, da abstração. A análise vai de sua forma mais simples (análise da natureza morfológico-lexical, da cadeia sintagmática, do encaixe sintático) à mais complexa (análise semântica e da produção de sentidos, os quais estão inseridos numa rede de formulações capazes de acionar a memória discursiva – o *interdiscurso*). Neste movimento de análise, desvelar-se-ão as *formações discursivas* que materializam as *formações ideológicas* dos sujeitos, sustentadoras de uma ordem social determinada. Analisa-se, também, a formação social vigente, na qual os discursos circulam e cumprem sua função social (AMARAL, 2007).

Nas relações sociais postas pelas forças produtivas da sociedade que aqui se analisa, duas classes fundamentais emergem: “a que detém os meios de produção, inclusive a força de trabalho – os capitalistas – e a que vende a força de trabalho, os trabalhadores” (AMARAL, 2007, p. 24). Dessa forma, é preciso considerar a ideologia e o papel que ela tem em produzir mecanismos de sustentação que conservam as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, “necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção na sociedade de classe”, uma vez que “a ideologia tem a função de ‘mostrar’ aos sujeitos da produção seu lugar no interior desta sociedade” (AMARAL, 2007, p. 25).

Na teoria pêcheutiana, cada uma das diferentes formas de interpretação da realidade receberá o nome de *formação ideológica* (doravante FI). Mais até do que um modo de interpretar a realidade, a FI é uma forma de se relacionar com e de agir sobre esta realidade. Cada FI é composta por um conjunto de práticas que condizem com a posição social do sujeito. Sobre este tema, Pêcheux (2014, p. 146-147) assevera que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”; em consonância a isso, Orlandi (2020, p. 43) indica que “[as palavras] ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. “Deus”, por exemplo, pode adquirir sentidos muito diversos, a depender de quem enuncia e de sua filiação ideológica. Pode-se atribuir-lhe o sentido da caridade e da compreensão, típico do Novo Testamento, ou da severidade e da mitologia do sobrenatural, como descrito no Velho

Testamento bíblico. Pode-se, ainda, atribuir o sentido de Deus à comunhão e, assim, aproximá-lo do ideal comunista-revolucionário; ou, ainda, tomá-lo como totalitário, como dogma e código moral acima das leis dos homens. Assim, antes de analisar o discurso, importa observar *quem* o produziu e *qual sua inserção ideológica*, pistas fornecidas através da análise histórica.

Se na sociedade capitalista encontramos duas classes conflitantes, a ideologia cumpre uma função de dissimular evidências de consenso, parceria e cooperação entre as classes, como forma de manutenção da ordem vigente, qual seja, a da dominância do capital. A formação ideológica que difunde os valores capitalistas será chamada de *formação ideológica do capitalismo* (AMARAL, 2007); a que reivindica valores do trabalho, buscando sua dominância, chamá-la-emos de *formação ideológica do trabalho*. Sendo estas as formações ideológicas que, fundamentalmente, orientam a sociedade capitalista, há que se reconhecer a dominância da primeira, identificada como a ideologia da classe dominante. O discurso do fascismo, em seu anticomunismo e antimarxismo, buscando privilegiar segmentos da sociedade em detrimento da coletividade, colocando pressupostos de eugenia de raças e superioridade moral ante a diversidade, é um discurso alinhado à *formação ideológica do capitalismo*, privilegiando, ademais, o corporativismo e o trabalho como forma de ascensão e distinção social.

No que concerne às *formações discursivas* (FD), Pêcheux (2014, p. 147) dirá que “representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Enquanto as FI são compostas por concepções, práticas e ações coerentes com a posição sociopolítica de determinados grupos, coexistentes a elas encontram-se frases, enunciados e textos que expressam e representam tais práticas *sob forma linguística*. Pode-se dizer, portanto, que a *formação discursiva* é a parte da *formação ideológica* feita de linguagem. O sentido é dado pela FD, pois “é a formação discursiva [...] que determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). A *formação discursiva* é, assim, a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que *não* pode e *não* deve ser dito.

Recorre-se, de igual modo, às contribuições teóricas de Jean-Jacques Courtine. Em seu quadro teórico-metodológico, Courtine (2016) estabelece que a *formação discursiva* é distinta em dois níveis fundamentais: o do enunciado e o da formulação. Aquele, chamamos de *interdiscurso*; este, de *intradiscurso*. O autor entende que o *interdiscurso* de uma FD deve ser pensado como uma instância de formação/repetição/transformação dos elementos desta FD, governando o dizível, a “repetibilidade” no seio de uma rede de formulações, entendida como um conjunto de formulações estratificadas, desniveladas, que constituem as reformulações possíveis de um enunciado. Por ser estratificada, a instância interdiscursiva se estabelece numa

dimensão vertical (onde se encontram os já-ditos); já a sua formulação (o que se diz agora) se encontra numa dimensão horizontal. Representado verticalmente, o *interdiscurso* é onde encontramos todos os dizeres já enunciados e esquecidos, representando a possibilidade mesma de dizer, o dizível; e, num eixo horizontal, encontra-se o *intradiscurso*, como a instância da formulação, aquilo que se diz naquele momento em determinadas condições. Nas palavras de Courtine (2016, p. 24), “o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar [...] onde a desnivelção interdiscursiva é linearizada, provocando um achatamento em uma superfície única [...] articulada”. Essa “horizontalização” da dimensão vertical (ou seja, o efeito do interdiscurso se vertendo no intradiscurso) ocorre quando o sujeito enunciador se apropria de um elemento de saber da FD e a formula no intradiscurso.

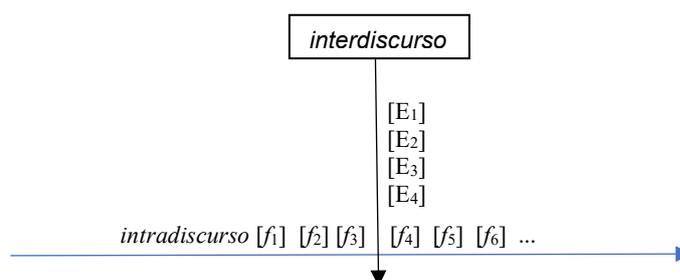


Figura 4. Esquema representativo do atravessamento do interdiscurso sobre o intradiscurso.

No esquema acima representado, tem-se [E₁], [E₂] ... [E₄] simbolizando os já-ditos, os enunciados estratificados de uma formação discursiva que possibilitam e sustentam o dizer (o *interdiscurso*); já [f₁], [f₂] ... [f₆] representam a formulação mesma (o *intradiscurso*), o texto no qual se percebe a relação de diferentes signos linguísticos (representados pelos algarismos distintos) postos em relação entre si numa horizontalidade sintagmática, sobre a qual incide o *interdiscurso*, numa relação de encaixe e aporte com o pré-construído, o já-dito e a memória (PÊCHEUX, 2014). Tome-se o discurso do fascismo como exemplo: ao mobilizar, no Brasil de hoje, os sentidos de uma sociedade hierárquica, adversa ao diferente e profundamente assentada na religiosidade e na moral cristã, que prioriza modelos unívocos e conservadores de pátria, de família e de cristianismo, o texto que retoma tais valores totalitários (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), horizontalmente colocado (no sentido de que está sendo formulado *no momento*), é recortado por dizeres outros com semelhante carga ideológica, já falado por outros sujeitos em 1932 e em 1964. Esses outros falares se constituem de forma vertical, estratificada: é o próprio *interdiscurso* que, acionando a memória, verte-se sobre o dizer atual, atravessando-o e, por isso mesmo, constituindo-o.

Percebe-se, dessa maneira, que a formulação (o *intradiscurso*) está determinada pela relação que estabelece com o enunciado (o *interdiscurso*), “pois só podemos dizer (formular) 79

Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas, Serra Talhada, n. 7, vol. 2: 163-178, Jul/Dez. 2020

se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (ORLANDI, 2020, p. 31). O *interdiscurso*, destarte, determina o *intradiscurso*: o dizer que se sustenta na memória discursiva. E é nesse jogo entre o dito, o já-dito e a possibilidade de dizer, intermediado pela história e pela memória, que se extraem os sentidos discursivos.

Em conclusão, ainda uma vez recorrer-se-á a Courtine (2016) para delinear o conceito de *sequência discursiva de referência* (SDr), que, neste projeto, será o lema da Ação Integralista Brasileira (AIB): “Deus, pátria e família”.

Precisamos primeiro conceber as determinações específicas ao nível da formulação: *escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscurso – como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização*; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica (p. 25, grifo nosso).

Entende-se que o lema integralista serve como sequência de referência e ponto de partida para a investigação do discurso em análise pois, a partir dele, outras formulações daí derivam, estabelecendo relações parafrásticas, de retomada e reformulação desse dizer, como também relações polissêmicas, em que a deriva de sentido da SDr indica que, mesmo ao reformular/rememorar certas materialidades discursivas, a exemplo de “Deus”, agregassem-lhe novas características, ou seja, novos sentidos, pois o momento histórico também se modifica: o Deus cristão agora se preenche de sentido católico e evangélico, por exemplo, reflexo de uma sociedade que está em transformação do ponto de vista ideológico e social.

Havendo brevemente contextualizado, pois, o percurso da linguística, mormente a que bebe na fonte do materialismo histórico, e o estabelecimento da Análise do Discurso como disciplina científica a partir de Pêcheux, e uma vez de posse dos conceitos apresentados, é mister destacar que a teoria do discurso não trata do *sentido*, de “[...] um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade [das palavras, expressões, proposições]” (PÊCHEUX, 2014, p. 147), pois o discurso *per se* não apresenta *um* sentido: o que dele emerge são *efeitos de sentido entre interlocutores* (ORLANDI, 2020), que se constrói pela análise dos conceitos postos acima: a análise do concreto e das condições de produção de um determinado discurso, as FI e as FD que o sustentam materialmente, a relação intrínseca entre *intradiscurso* e *interdiscurso*, o efeito de interpelação da ideologia sobre o sujeito que enuncia.

Com este edifício teórico colocado, passemos à análise do objeto de estudo – o discurso do fascismo brasileiro –, analisando, de igual modo, as condições históricas e as filiações ideológicas do discurso fascista, sustentado por valores conservadores que ensejam práticas autoritárias, remontando ao movimento integralista de 1932, perpassando o prenúncio do golpe militar de 1964, quando do acontecimento da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e atravessando e se atualizando no hodierno, recuperando, reformulando, reatualizando e ressignificando sentidos produzidos há quase um século, agora predominantes na manifestação da vida política do país.

O Ur-Fascismo, ou “fascismo eterno”, no discurso político brasileiro

Em 1500, chegava a esta terra a expedição de Pedro Álvares Cabral, após um périplo de quarenta e quatro dias que em tudo se assemelhava ao do próprio Jesus. Como era de costume à época, a frota trazia lascas do que se supunha ser a verdadeira (vera) cruz em que se crucifixou Cristo. Por este motivo, chamou-se esta terra de “Ilha de Vera Cruz”; fomos ainda tornados “Terra de Santa Cruz”, mais uma vez em homenagem à santidade do símbolo cristão – e em obediência ao poder da Santa Sé sobre Portugal, que apenas despontava como potência marítima e econômica, à sombra do poder consolidado da Igreja de Roma.

A função mercantil da nova pátria iria se sobressair sobre a religiosa: nomeou-se, então, esta terra de Brasil, pois aqui se encontrava abundantemente a matéria-prima para a manufatura do produto de tingimento vermelho – a madeira do pau-brasil – cobiçada pela Europa “civilizada”, já marcada por um incipiente processo de mercantilização econômica e pelo surgimento da ordem burguesa.

Em que pese essa mudança, fica manifesto o intrínseco elemento de religiosidade que funda o país: Brasil, outrora Ilha de Vera Cruz, ou ainda Terra de Santa Cruz, entre a religião e o comércio de exploração, empreendimento fundado para exercer sua suposta vocação comercial a partir da bênção recebida pela Igreja. O discurso religioso aparece, assim, como um ato fundacional do Brasil. E ele se repete como um elemento ordenador do funcionamento discursivo em outros momentos históricos do país, especialmente quando as massas que compõem as classes trabalhadoras representam um perigo iminente para a hegemonia discursiva que põe certos sentidos enviesados de Deus, de família e de pátria como os únicos corretos e aceitáveis numa sociedade altamente hierarquizada, ainda que constituída, historicamente, por pluralidades culturais que esgotam o sentido de um único Deus, de um único modelo de família, de uma única pátria de traços brancos e europeus.

Volte-se o olhar séculos após Cabral, a Ilha de Vera Cruz e o primeiro evento oficial – a Primeira Missa – realizado em solo brasileiro, num domingo de Páscoa de 26 de abril de 1500. Vê-se que Deus é um Sujeito organizador da vida pública e privada brasileira, fonte primária de sentidos no discurso sobre esta nação. Esse não é um deus qualquer: é o Deus cristão, da tradição católica romana. É o Deus evocado durante toda a história colonial e durante todo o Império para abençoar os monarcas e os governantes em seus atos – e que, mesmo com a República e sua pretensão laica, continua sendo evocado para organizar a sociedade e os seus representantes na política brasileira, como que a lhes abençoar e justificar seus atos. Desafiando Nietzsche, Deus, ao menos no Brasil, não está morto. Ao revés, está deveras vivo; canta um dito popular que “Deus está no controle”. Seu Santo nome, assim, é usado para naturalizar a radicalização dos efeitos deletérios do discurso capitalista, do autoritarismo, da necropolítica – em suma, de tudo que se afasta do ideal de fraternidade e solidariedade cristã e se aproxima da segregação e do ódio fascista.

Neste ponto, é preciso refletir sobre o que se compreende por fascismo e como se articula tal sistema político, econômico e sociocultural na ordem do discurso; particularmente, como e quando o fascismo irrompe discursivamente no Brasil, agregando elementos do fascismo clássico europeu à cultura e à história brasileira. Para Umberto Eco (2019, p. 42-43),

O termo ‘fascismo’ é facilmente adaptável porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará a ser reconhecido como tal. Entre as possíveis características do Ur-Fascismo, o “fascismo eterno”, estão o medo do diferente, a oposição à análise crítica, o machismo, a repressão e controle da sexualidade, a exaltação de um “líder” e um constante estado de ameaça. Tais características não podem ser reunidas em um único sistema; muitas se contradizem entre si e são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo. Mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista.

No Brasil, sem o apelo dos grandes líderes máximos da Itália e da Alemanha – o *duce* e o *führer*, respectivamente Mussolini e Hitler –, e sem um Estado totalitário no qual se amparar (considerando que o Estado brasileiro havia surgido há pouco mais de três décadas quando do surgimento do fascismo de forma institucional na Europa), os movimentos de natureza fascista enfrentam uma outra realidade para se forjar, ainda que assentados nas premissas de exaltação de um líder, do nacionalismo, da oposição ao diferente e à crítica e do apego aos dogmas político-partidários – os quais, aqui, entrelaçam-se aos religiosos.

Na ausência de um grande líder organicamente constituído por vias legais e democráticas, como na experiência europeia, o que se pode chamar de um fascismo brasileiro afiançava-se (e segue se afiançando) no Sujeito universal “Deus”, por ser ele um elemento

central para organização do *ethos* populista em uma sociedade profundamente marcada pela dominação religiosa. Deus, tomado como líder supremo, organiza, pois, esta sociedade, na medida em que resgata a memória do que ela foi/é e do que lhe confere sentido: uma sociedade que privilegia o modelo de família mononuclear, eminentemente branca e cristã, a despeito da diversidade de raças e credos do Brasil. Os sentidos provindos do discurso religioso, destarte, emanam modelos excludentes de família e de sociedade sob uma ótica fascista, alheia a tudo que for diferente desse código moral muito restrito e profundamente fincado numa religiosidade nostálgica e avessa à modernidade.

Olhe-se para 1932, por exemplo. O jornalista Plínio Salgado lançava um partido e movimento político conhecido como Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirado pelos ideais e práticas fascistas que se desenrolaram na Europa ao fim da Primeira Guerra Mundial. O ponto de partida para se entender as propostas deste movimento fascista brasileiro se encontra em seu lema: “Deus, pátria e família”.



Figura 1. Lema e símbolo integralista.

A palavra “Deus”, como já apontado, indica a influência religiosa cristã dos integralistas, estando a figura divina em primeiro lugar e ocupando o cimo da estrutura hierárquica social, já que Deus era quem “que dirigia o destino dos povos”. “Pátria” era por eles definida como “nosso lar”, intentando-se, desta forma, apresentar uma unidade da população brasileira dentro do território, principalmente como uma contraposição à divisão da sociedade em classes. Os integralistas pretendiam alcançar essa unidade através da constituição de um “Estado integral”, que harmonizaria os diferentes interesses existentes no seio da sociedade. Por fim, “família” aparece como a menor unidade de organização social dentro da proposta integralista, sendo “o início e fim de tudo”, a garantia da manutenção da tradição.

O integralismo se utilizava de outros elementos discursivos além de seu lema. A saudação oral e gestual usada pelos integralistas em suas marchas, em que os membros do movimento estendiam seus braços à frente, similarmente aos nazifascistas, recupera tanto o

sentido de brasilidade, ao se utilizar de uma palavra de origem tupi, “Anauê”, que significa “você também é meu irmão” em português, quanto o sentido de integração, de unidade, estratégia político-social do fascismo europeu – o de ensejar um sentimento de pertencimento na interpelação das massas. O símbolo integralista, a letra grega sigma (“Σ”), que na matemática significa a soma dos infinitamente pequenos, sintetizava, assim, a ideia de que, através da união dos indivíduos e da família, garantir-se-ia a integração da sociedade, tendo por eixo um Estado coercitivo e autoritário, fundado em preceitos tradicionais e religiosos. E, claro, avesso a quaisquer formas de comunismo, teórico ou prático.

Não apenas o contexto da política externa influenciava o integralismo; é preciso lembrar que o movimento surge após a Revolução de 1930, época de efervescência política no Brasil liderado por Getúlio Vargas, ele próprio afeito ao integralismo até o Estado Novo, quando o presidente dissolve todos os partidos políticos (a AIB inclusive). A partir de então, navegando na contradição das práticas discursivas do autoritarismo que se instaura com sua ditadura e do trabalhismo, Vargas termina por priorizar este último. O legado integralista estava adormecido, mas não de todo eliminado.

Olhe-se, agora, para a década de 1960, período em que o Brasil novamente vivia disrupção política. A herança do trabalhismo de Getúlio era exercida por João Goulart. Sua pretensão de reformas estruturais nessa sociedade desigual, dentre as mais importantes a reforma agrária, é tema sensível para as elites oligárquicas do país, católicas *pro forma*. O mundo voltava a dividir-se, não mais entre fascistas e comunistas, mas entre capitalistas e comunistas, ou melhor, entre capitalistas e soviéticos: vivia-se o auge da Guerra Fria. Por pregar reformas sociais de base, “Jango” era visto como um comunista. E, para combatê-lo, foi necessário recuperar os sentidos outrora utilizados pelos integralistas: combater o comunismo pela liberdade, junto a Deus e à família.

Em uma grande manifestação de resposta ao Comício da Central promovido pelo presidente Goulart, no qual ele apresentou seu plano de reformas, as elites brasileiras, unidas às classes médias urbanas e a diversas entidades religiosas, promoveram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que viria a sustentar o golpe militar e suas práticas autoritárias. Perceba-se como a memória discursiva incide nesta sequência para a constituição de seu sentido: a marcha retoma o militarismo e o patriotismo emulados pelos integralistas, assim como “Deus” e “família” aparecem para reorganizar essa sociedade. Uma vez mais, o discurso religioso é mobilizado por uma sociedade que se recusava a mudar. Era preciso silenciar a mudança, ainda que à força e ao mando de Deus.



Figura 2. Convocações e atos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo (à esquerda) e no Rio de Janeiro (à direita). *O Estado de S. Paulo*, 19 de março e 01 de abril de 1964. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

Ilha de Vera Cruz, aliás, Terra de Santa Cruz, ou ainda melhor: Brasil, 2008 *anno domini*. Novamente, o país passava por um lento processo de mudanças. As universidades tornavam-se mais acessíveis. O capitalismo adota, também, uma agenda social, com uma distribuição de renda mínima aos mais pobres. Enquanto isso ocorre, uma crise abate o sistema de financeirização do capital. O catolicismo, ainda predominante como fé professada no país, está em declínio; em contrapartida, o neopentecostalismo está em ascensão: o cristianismo acompanha os brasileiros, ainda que mudando de forma, na prosperidade ou na crise. E a crise que se anunciava iria se aprofundar.

No lastro dos eventos do golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, representante do fraco trabalhismo do Partido dos Trabalhadores, segue-se uma crise econômica, política e institucional. Os elementos para a ascensão de um populismo de direita são colocados: o enfraquecimento das instituições, a falta de representatividade política e a frustração material das classes médias, que se sentia prejudicada pelo período em que a centro-esquerda esteve no poder. Concomitante e conseqüentemente a esse processo, observa-se o fortalecimento das bases ideológicas e materiais das bancadas políticas tidas como minoritárias do Congresso Nacional: a armamentista (a “bancada da bala”), a ruralista (a “bancada do boi”) e a evangélica (a “bancada da Bíblia”). Estes grupos, até então pouco relevantes na redemocratização, iriam aumentar sua expressividade e se cruzar, constituindo-se como força política no Brasil, capaz de eleger um presidente da república. 2018 *anno domini*: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, dizia o slogan do candidato vencedor.



Figura 3. Propaganda eleitoral para a presidência em 2018.

Dessa paráfrase discursiva do lema integralista e da marcha de 1964, reaparece Deus como o elemento hierárquico superior a abençoar as práticas discursivas na manifestação do político. Os sentidos do fascismo se alicerçam, assim, na construção desse Sujeito onisciente, onipresente e onipotente, que justamente por essas qualidades não pode ser questionado. O grande líder difuso de outrora, na figura de Plínio Salgado a liderar os camisas-verdes integralistas em 1932, ou dos ditadores de 1964 em diante, que exerciam o poder senão pelo fechamento do regime democrático; estes líderes são, agora, sintetizados na figura “carismática” e “autêntica” do presidente democraticamente eleito pelo povo brasileiro. Um líder tão místico e abençoado por Deus que ganha a alcunha de mito. Um líder saído das entranhas do Exército brasileiro, cuja face, pintada em tintas negras, estampa central e desafiadoramente as camisetas verdes e amarelas de seus seguidores. Seu discurso prega o direito de estuprar, de ser homofóbico, de aniquilar os diferentes e os opositores, em função da ordem e da retomada de um suposto passado glorioso do Brasil. Para isso, exalta os símbolos pátrios – e, claro, Deus.

Discurso religioso posto em funcionamento, contra a ciência ou qualquer posicionamento crítico a um fanatismo de credos e dogmas. Moral cristã colocada, novamente, “pela liberdade” e “pela família”, ressignificada no contexto do Brasil crescentemente evangélico. Discurso de ódio, machismo, racismo, misoginia, homofobia, naturalização da necropolítica, do militarismo e da hierarquia social acentuada com as políticas neoliberais extremas. Populismo, sim, mas agora como prática corrente no quebra-cabeças dos algoritmos da comunicação digital. Elementos do fascismo clássico se encontrando com o neoliberalismo, na síntese de um neofascismo de roupagem moderna, adequada ao século XXI.

Considerações finais

O fascismo não se apresenta da mesma forma como se viu no século XX, adquirindo novas facetas à medida que a economia capitalista global se renova e precisa, assim, de

79Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas, Serra Talhada, n. 7, vol. 2: 163-178, Jul/Dez. 2020

roupagens ideológicas que mantenha seus valores como os hegemônicos, em contraste com quaisquer formas que se inclinem mais à valorização do discurso do trabalho. Vendo-se ameaçada, a classe burguesa chega mesmo a entregar o poder a fascistas, declarados ou não, que tenham pontos de contato com o discurso do capital, como a proteção da propriedade privada contra iniciativas de distribuição de renda ou acesso a universidades, por exemplo. Os fascistas de hoje, inclusive, retomam o movimento da década de 1930, chegando ao poder pelo voto, interpelando os sujeitos através de seus discursos que circulam tanto na mídia tradicional quanto nas redes sociais. Para interpelar eficazmente os sujeitos, utilizam-se da moralidade e das narrativas religiosas, mobilizando determinados sentidos de família e de nação, dando um sentimento de pertencimento às massas, que se sentem acuadas por comunistas, políticos de esquerda ou simplesmente por qualquer um que não se adeque ao modelo heteronormativo e mononuclear de cidadão e de família – em suma, pelo diferente. O fascismo hodierno, cujos sentidos circulam rapidamente nos meios digitais de comunicação, segrega as pessoas, enclausura os usuários das redes sociais em algoritmos que reforçam discursos de ódio em “bolhas” e apontam como ameaça tudo que for diferente, discriminando populações inteiras por conta do credo, da raça, da orientação sexual e mesmo por conta da confiança na ciência.

Vê-se que, ao mobilizar os sentidos de religião para interpelar os indivíduos com uma narrativa moral e dogmática, o discurso fascista ganha hegemonia, assumindo novas formas, de *memes*, de *slogans*, de soluções fáceis para problemas complexos, inflamadas na forma, mas vazias de conteúdo. Exalta-se uma pátria grande, militarizada, mesmo que sob as vestes da democracia e do ambiente democrático e civil. Como assevera Eco (2019, p. 61): “O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo”.

Os sentidos do fascismo brasileiro, como se vê, assentam-se na tensão entre a mobilização de sua memória e na atualização de seu discurso. Guardam em comum o apreço a um Sujeito-Deus que vem organizando o que se entende por Brasil desde sua fundação. São sentidos que prezam um conceito retrógrado e reacionário de pátria e de família, autorizados por um Deus inclemente a quem não se adeque a este perfil irreal de uma nação muito diversa. Identificados tais sentidos, é preciso, pois contrapô-los. Entender o discurso fascista no Brasil e seu funcionamento pode ser a chave para compreender por que tem ele respaldo – e como construir, no seio popular, formas de contestá-lo, no discurso e nas práticas que ele engendra.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 105-142.
- AMARAL, M. V. B. **O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **A marcha da família com Deus pela liberdade**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 20 set. 2020.
- COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016.
- ECO, U. **Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MANIFESTO de 7 de outubro de 1932. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.